

PERFIL DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA - MG

Alex Brandão Cândido ¹
Daiany Nayara Pontes Oliveira ²
Luís Gustavo Pereira Silva ³
Tainara Pinheiro da Silva ⁴
Raquel Schwenck de Mello Vianna Soares ⁵

A questão da acessibilidade nas escolas brasileiras tem ganhado crescente atenção. Conforme Mantoan (2003, p.8) “estamos “ressignificando” o papel da escola com professores, pais, comunidades interessadas e instalando, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. É a escola que tem que mudar, e não os alunos, para terem direito a ela! O direito a educação é indispensável (...)” ou seja, por muitos anos, as instituições educacionais no país perpetuaram um sistema de ensino segregado, reforçando estereótipos e excluindo alunos que requerem uma Educação Especial.

Um exemplo marcante é apresentado no filme norte-americano "E Seu Nome é Jonas," lançado em 1979, que retrata a história de Jonas, uma criança surda injustamente internada em um hospital para pessoas com deficiências intelectuais. Após três anos de negligência, a mãe de Jonas descobre o diagnóstico errôneo e o retira do hospital. No entanto, as barreiras persistem. Jonas começa a usar aparelho auditivo, mas sua escola ainda dificulta sua interação, uma vez que, a Língua de Sinais, uma forma eficaz de comunicação, é proibida em sala de aula e em casa. Apenas ao conhecer um casal de surdos cujas vidas foram transformadas pela utilização da Língua de Sinais, a mãe de Jonas compreende melhor a surdez de seu filho e o incentiva a aprender a Língua de Sinais, matriculando-o, assim, em uma escola inclusiva. Nessa nova escola, as crianças se comunicam visualmente, permitindo a Jonas desenvolver-se e adquirir habilidades, assim como seus colegas.

Essa situação ilustra como, semelhante ao filme, a acessibilidade na educação brasileira, historicamente esteve vinculada à "assistência," em vez de ser genuinamente inclusiva. Muitas

¹ Graduando do Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, alex.candido@ufvjm.edu.br;

² Graduanda pelo Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, daianny.pontes@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, silva.luis@ufvjm.edu.br;

⁴ Graduando do Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, tainara.pinheiro@ufvjm.edu.br;

⁵ Professora orientadora: Doutora em Educação, Faculdade Interdisciplinar em Humanidades – FIH Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, raquel.schwenck@ufvjm.edu.br.

vezes, os pais dos alunos foram e são desencorajados, levados a acreditar que a educação convencional é inviável, quando não impossível, para seus filhos.

Neste sentido, a Declaração de Salamanca (1994) emerge como um marco importante ao promover a Educação Inclusiva como um caminho para fortalecer o direito à educação de todos os indivíduos:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (...) (UNESCO, 1994, p1).

Nesse contexto, sistemas educacionais devem ser projetados para acomodar essa vasta diversidade, garantindo o acesso de Pessoas com Deficiência (PcD) a escolas regulares. Essas escolas, ao adotarem uma pedagogia centrada na criança e uma orientação inclusiva, não apenas combatem atitudes discriminatórias, mas também constroem comunidades acolhedoras e contribuem para uma sociedade inclusiva, efetivamente promovendo educação para todos (Lopes; Insfran; Pulino, 2020).

No entanto, apesar desses avanços, a falta de acessibilidade persiste em várias instituições educacionais brasileiras. Algumas escolas não possuem salas de recursos ou profissionais qualificados em Língua Brasileira de Sinais ou em lidar com diversas deficiências, como surdez, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), entre outros. Além disso, muitas vezes, quando há salas de recursos, estas estão localizadas fora da instituição de ensino do aluno, exigindo transporte adicional para a escola de referência.

Nesse cenário, estudantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto Pedagogia EAD e Letras, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, conduziram uma pesquisa por meio de questionários nas instituições de Educação Básica públicas de Diamantina-MG. O objetivo foi compreender a realidade da Educação Inclusiva na cidade e, assim, contribuir para a promoção de uma educação mais acessível e equitativa.

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal. A amostra foi composta por 7 escolas públicas municipais e estaduais de Educação Básica de Diamantina – MG.

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um questionário pelos próprios pesquisadores e inserido no *Google Forms* com questões fechadas e abertas sobre dados gerais da escola, como total de alunos matriculados, tempo da escola no município e dados específicos sobre a inclusão de alunos com deficiência e transtorno, como o número total de alunos, os tipos de deficiência/transtorno, a existência de sala de recursos e profissionais surdos nestas.

Foi realizada estatística descritiva com valores em frequência real e absoluta através do *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS* versão 26.0 para *Windows*.

Os dados coletados por meio da aplicação dos questionários a servidores da escola, ora secretaria, ora a direção, pelos Pibidianos do subprojeto serão expostos a seguir:

A partir dos dados coletados das questões fechadas do questionário enviado às escolas, pode-se verificar que das 7 (sete) escolas, 5 (cinco) – 71,4% possui entre 1 e 10 estudantes com deficiência e/ou transtorno matriculado. Somente 1 escola possui entre 11 e 20 estudantes (14,3%) e uma entre 21 e 30 estudantes. Pode-se perceber que há estudantes com Deficiência e/ou transtornos matriculados em todas as escolas pesquisadas (100%). A maioria possui até 10 estudantes matriculados. Corroborando com estes dados, Rodrigues (2022) traz que nos anos de 2009 até 2020, as matrículas de alunos público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação) em classe comum seguiu uma reta crescente na Educação Básica, no Ensino Fundamental e Médio. Esse crescimento está relacionado à implementação de políticas públicas de educação e formação adequada de professores. Estes dados mostram a importância de uma política pública séria que luta pela inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência sejam colocados dentro de uma classe comum.

Além disso, é importante ressaltar que a maioria (4 escolas não possui e somente 3 possui) das escolas pesquisadas não possui Sala de Recursos para acompanhamento destes alunos com deficiência e/ou transtornos.

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com deficiência, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (Brasil, 2006, p. 13).

Sendo, portanto, um ambiente de extrema importância para o desenvolvimento da autonomia e equidade educacional. É importante salientar que não havendo Sala de Recursos na própria escola em que o estudante está matriculado, este poderá fazer uso desta em outro ambiente escolar, sendo atendido e matriculado nesta nova escola.

Outro dado importante a ser salientado é a presença de profissionais de apoio (100% das escolas possui) para acompanhamento deste público com deficiência e/ou transtorno, uma vez que faz parte da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007). Neste sentido, Bezerra (2020) contribui trazendo a importância deste profissional na política de inclusão educacional do país, porém, salienta que se normatize as funções, piso salarial e defina formações mínimas a serem exigidas desses profissionais de apoio à inclusão escolar na direção do exposto pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Além disso, ainda destaca a emergência de alternativas mais condizentes com as necessidades específicas do público alvo da Educação Especial, trazendo-lhes “justiça curricular”, isto é, apropriação dos conhecimentos escolares e aprendizagem mediante os suportes que se fizerem necessários.

O presente trabalho se propôs a traçar um perfil sobre a acessibilidade na educação da rede pública da cidade de Diamantina – MG. Com os dados coletados foi possível depreender que o público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação), em sua maioria, está matriculado nas escolas regulares comuns, uma vez que este público está presente em todas as escolas pesquisadas.

Dessa maneira, faz-se importante a presença e formação de profissionais de apoio aptos e capacitados a trabalharem com estes indivíduos, uma vez que a Política Nacional de Educação Inclusiva exige que as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação sejam acompanhadas por profissionais de apoio e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com os dados aqui apresentados, foi possível perceber que todas as escolas tem o profissional de apoio pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Com relação à formação destes profissionais, percebe-se que ainda é muito generalista, havendo a formação continuada para preencher este hiato com cursos livres de capacitação e pós-graduações específicas para especialização da mão de obra.

Além destes profissionais de apoio para acompanharem o dia a dia do estudante público alvo da Educação Especial, um outro AEE proposto na legislação brasileira é a Sala de Recursos Multifuncionais, sendo uma possibilidade de aumento da equidade no processo educacional, uma vez que tem como objetivo potencializar o ensino dos alunos com deficiência ou com altas habilidades para promover condições de acesso, aprendizagem e participação no ensino regular. Neste sentido, foi perceptível, de acordo com os dados apresentados, que nem todas as escolas possuem este recurso. No entanto, é importante frisar que, mesmo não havendo a Sala de

Recursos na escola em que o estudante está matriculado, este poderá se matricular para frequentar a Sala de Recursos em outra escola, denominada escola polo.

Após o explicitado foi possível depreender que ainda faltam pesquisas com relação à formação e atuação dos profissionais de apoio nas escolas regulares comuns, uma vez que não foi possível entrevistá-los e traçar um perfil mais específico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto Pedagogia EAD e Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Palavras-chave: Perfil, Acessibilidade, Educação Básica, Estudantes com deficiência e/ou transtornos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. F. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.4, p.673-688, Out.-Dez., 2020.

BRASIL. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para Atendimento Educacional Especializado**. Elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

E SEU NOME É JONAS. Direção: Rich EUA, 1979.ard Michaels. EUA,1979. 1 DVD (100 min).

LOPES, J. C.; INSFRAN, F.F.N.; PULINO, L. H. C.Z. Práticas decoloniais em educação a partir de uma educação centrada em estudantes. **Eccos, Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-15e17029, jul./set. 2020.

RODRIGUES, M.P. Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, fundamental e médio entre os anos de 2009 a 2020 no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e23811124794, 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.